



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/11/2013



INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. EVENTOS.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CNJ.....	3 - 4
2.2. DESEMBARGADORES.....	5
2.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	6 - 7
2.4. SEM ASSUNTO.....	8

Projeto Cultural Esmam

Música, teatro, cinema, exposição fotográfica, poesia e artes plásticas terão lugar reservado na 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Com espaço para a apresentação de trabalhos artísticos de servidores e magistrados do Judiciário estadual, este ano o projeto homenageia os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão com muita arte. Além da Mostra de Talentos do Judiciário, o projeto contará com o espetáculo "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. O evento cultural é aberto à comunidade, com entrada gratuita, e será realizado no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa, Filho - Praia Grande.

JUDICIÁRIO

Guerreiro Júnior próximo do TRE

Atual presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão é candidato a vaga de desembargador no Tribunal Regional Eleitoral, além de ser cotado para assumir a presidência do órgão

CLODOALDO CORRÊA

Caso não haja nenhuma surpresa daqui a cerca de um mês, o hoje presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, deverá ser o indicado para substituir José Bernardo Rodrigues no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA). A partir daí, a disputa deverá ser dura entre Guerreiro Júnior e Froz Sobrinho pela presidência da Corte eleitoral.

Nos corredores do Tribunal de Justiça do Maranhão, a eleição de Guerreiro Júnior já é dada como certa, exceto se houver um movimento muito grande nas próximas semanas. No dia 19 de dezembro, encerra-se o biênio de José Bernardo Rodrigues. Pelo regimento interno, 30 dias antes ele deve comunicar o TJ da vacância para que seja aberto o processo eleitoral. A presidência do Tribunal então fará a eleição antes do final do mandato de Bernardo. Foi ventilado que o próprio José Bernardo poderia buscar uma reeleição, o que foi descartado pela maioria dos interlocutores de *O Imparcial* no Judiciário maranhense.

O desembargador Guerreiro Júnior desconversou sobre o assunto quando procurado por nossa reportagem. Disse que, para ele ir para o TRE, dependeria dos votos, mas confirmou

a candidatura. "Sou candidato, mas daí a ser eleito ainda falta muita coisa. Só vamos saber no dia. Ninguém pode adivinhar o que vai acontecer. Temos que esperar". Guerreiro quis falar menos ainda sobre a presidência já que, segundo ele, primeiro teria que ser eleito.

O desembargador Froz Sobrinho, que atualmente é corregedor e vice-presidente do TRE-MA, também acredita que Guerreiro Júnior deverá ser eleito para a vaga de José Bernardo. Questionado sobre a presidência, Froz não negou o interesse. "Sempre o vice é automaticamente cotado para assumir a presidência no mandato seguinte. Então, acho natural que estejamos no páreo", comentou.

Vários outros desembargadores que conversaram com nossa reportagem também apontaram o nome de Guerreiro Júnior como candidato único neste momento para a corte eleitoral, o que indica uma eleição por aclamação. "Pelo menos até agora é o único candidato que se apresentou. Ainda tem algum tempo para a eleição, mas não estamos vendo movimento de outra candidatura", afirmou o desembargador Cleones Cunha.

Se a vaga na Corte é quase certa, a presidência ainda é uma incógnita inclusive porque

os eleitores do presidente ainda estão sendo definidos. A nova corte do TRE que é quem elege o presidente ainda está sendo montada.

O presidente do TRE, José Bernardo Rodrigues, encaminhou ofício (nº 2202-GP) a Guerreiro Júnior, informando que, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno do TRE, o encerramento do segundo biênio do juiz Luiz de França Belchior Silva, como membro daquela Corte, na categoria de juiz, ocorrerá em 13 de dezembro deste ano. Assim, a eleição para a vaga de juiz deverá ser realizada em breve. Na semana que vem, o presidente do TJMA já marcará a eleição.

Para as duas vagas de advogados, o TJ formou duas listas tríplices. Na primeira lista, foram escolhidos Eduardo Moreira, Roberto Feitosa e Adroaldo Souza. Para a segunda vaga, estão na disputa Daniel Leite, Daniel Blume e Riod Ayoub. A escolha final ficará a cargo da presidente Dilma Rousseff (PT).



Sou candidato, mas daí a ser eleito ainda falta muita coisa. Só vamos saber no dia. Ninguém pode adivinhar o que vai acontecer. Temos que esperar

Guerreiro Júnior, presidente do TJ



Sempre o vice é automaticamente cotado para assumir a presidência no mandato seguinte. Então, acho natural que estejamos no páreo

Froz Sobrinho, vice-presidente e corregedor do TRE



Antônio Guerreiro Júnior deixará presidência do Tribunal de Justiça, mas tem grandes chances de assumir comando no Tribunal Regional Eleitoral

Quatro presidentes

Em 2014, o STJ poderá ter quatro presidentes. Até 31 de agosto, vai a gestão de Felix Fischer. O sucessor dele, pela tradição, seria o gaúcho Gilson Dipp, que completará 70 anos no dia 1º de outubro - e, assim, ficaria no cargo apenas um mês. Quase o mesmo pode acontecer com a eventual sucessora dele, Eliana Calmon. Se ela não se aposentar em abril, para disputar a eleição ao Senado, também cairá na compulsória no dia 5 de novembro de 2014. O seguinte na linha sucessória é Francisco Falcão, atual corregedor do CNJ. A data de seu 70º aniversário é 30 de maio de 2022.

Processo eletrônico

A unificação dos sistemas de Processo Judicial Eletrônico idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça é necessária e trará vantagens às partes, aos advogados e demais operadores do Direito.

Presidente da AMMA diz que violência está tomando proporções alarmantes

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Santos Júnior, voltou a criticar a falta de investimentos na Segurança Pública do Maranhão. Pelo twitter, ele afirmou que a violência em São Luís “está tomando proporções alarmantes e não está poupando instituições”. Pela rede social, Gervásio Júnior mostrou ainda o ataque sofrido pela sede do Fórum de Paço do Lumiar, que foi cravada por balas na noite do último sábado (09). Em toda a cidade, as ações contra sedes da Polícia Militar e da Justiça foram atacadas com tiros.

INFORME JP - PÁGINA 3

Violência em proporções alarmantes

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) voltou a criticar, na tarde deste domingo (10), a falta de investimentos na Segurança Pública do Maranhão. Pelo twitter, Gervásio-Protásio Júnior afirmou que a violência em São Luís “está tomando proporções alarmantes e não está poupando instituições”.

Pela rede social, Gervásio Júnior mostrou ainda o ataque sofrido pela sede do Fórum de Paço do Lumiar, que foi cravada por balas na noite do último sábado (09). Em toda a cidade, as ações contra sedes da Polícia Militar e da Justiça foram atacadas com tiros. Um policial militar foi assassinado.

Gervásio comentou ainda a declaração do secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, que afirmou que os ataques do final de semana foram comandados de dentro dos presídios maranhenses. “Isso é fruto da falta de investimentos,” completou.

Em outubro, após o estopim da crise no Sistema Penitenciário que desencadeou uma rebelião com nove mortos e dezenas de feridos, membros do Conselho Nacional do Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) protagonizaram uma visita aos presídios de São Luís.

Os integrantes da comitiva do CNMP e o representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avaliaram a situação do CDP, da Cadet, do Presídio São Luís I e II, do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e da CCPJ do Anil e constataram a existência de superlotação, insalubridade e graves problemas de gestão.

Após a vistoria foram detectadas celas insalubres, a escassez de funcionários capacitados para o exercício da profissão e superlotação nas unidades prisionais maranhenses.

“O mais grave é que em conversa com Augusto Rossini, diretor do Depenno Maranhão, descobrimos que uma verba equivalente a R\$ 22 milhões foi devolvida simplesmente porque o executivo não cumpriu os requisitos técnicos junto a Caixa Econômica Federal. Então, o problema não é falta de recursos é falta de vontade em aplicá-los”, denunciou o conselheiro Mário Bonsaglia.



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 92013
(relativo ao Processo 109542013)
Código de validação: 34A2F2F76A

Intimamos DIEGO TIAGO SILVA RIBEIRO, portador do CPF Nº 630.818.573-68 e RG. Nº 98010228668, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao DESPACHO-GDG-28182013, do Gabinete do Diretor Geral, constante do Processo nº 10954/2013-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 4.310,08 (quatro mil, trezentos e dez reais e oito centavos), percebidos em razão de sua exoneração do cargo de Analista Judiciário - Direito ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 05.08.2013.

RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA
Coordenadora de Direitos e Registros, em Exercício
Coordenadoria de Direitos e Registros
Matrícula 157701


Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 72013
(relativo ao Processo 53672013)
Código de validação: C837BEFEC6

Intimamos ALOISIO DE SALES GOES, portador do CPF Nº 002.917.501-17 e RG. Nº 2128575, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção à DECISÃO-GP-31842013, do Gabinete da Presidência, constante do Processo nº 5367/2013-TJ para, **no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 1.983,05 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e cinco centavos), percebidos em razão de sua exoneração do cargo de Técnico Judiciário ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 01 de julho de 2013.

JULIO CESAR SILVA COSTA
Coordenador de Direitos e Registros, em Exercício
Coordenadoria de Direitos e Registros
Matrícula 119438

Novo Código Comercial será votado nesta segunda

A versão final do anteprojeto do novo Código Comercial será votada nesta segunda-feira (11), a partir das 14h, pela comissão de juristas responsável pela elaboração de uma nova legislação para o setor. O texto, que será entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, passará a tramitar como projeto de lei. Os integrantes da comissão devem votar também o relatório final e os destaques apresentados pela subcomissão de “crise da empresa”, relacionados especialmente a falências transnacionais.

O texto, disponível no Portal e-Cidadania, foi submetido a consulta pública entre 19 de setembro e 18 de outubro, quando recebeu mais de 400 sugestões. O relator, Fábio Ulhoa Coelho, se debruçou sobre essas sugestões para extrair dali o que poderia ser aproveitado, na forma de destaque ao anteprojeto.

Em relatórios parciais aprovados pela comissão em junho, os juristas buscaram soluções para tornar mais favorável o ambiente de negócios do Brasil. Para isso, tiveram que tratar das dificuldades na legalização e registro das empresas; da própria abrangência do novo Código

Comercial, que envolve a discussão sobre títulos empresariais; do estabelecimento do princípio geral da boa fé e ética na interpretação dos contratos; de comércio eletrônico; da função social da empresa; e da regulação da atividade dos shoppings, entre outros temas.

A reforma do Código Comercial tem sido defendida por especialistas do setor, já que a legislação em vigor tem mais de 160 anos. Parte da Lei 556/1850 foi revogada e substituída por disposições constantes do Código Civil (Lei 10.406/2002). Já a matéria tratada na terceira parte do antigo Código Civil passou a ser regida pela Lei de Falências (Lei 11.101/2005).

Formada por 19 juristas e presidida pelo ministro João Otávio Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão iniciou seus trabalhos em 7 de maio de 2013. Segundo o relator do anteprojeto, Fábio Ulhoa, o novo Código Comercial tem como objetivos modernizar a legislação empresarial, simplificar o dia a dia das empresas, melhorar o ambiente de negócios no Brasil e reduzir as hipóteses em que a Justiça possa alterar os contratos.